

O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir?

Sports in Lula's Foreign Policy: the important thing is to compete?

Carlos Augusto Rollemberg de Resende*

Meridiano 47 vol. 11, n. 122, nov.-dez. 2010 [p. 35 a 41]

“O melhor embaixador do Brasil é o futebol”.

Embaixador Roberto Jaguaribe

Introdução

A criatividade foi uma das marcas da política externa do Governo Lula. Ademais das coalizões de geometria variável, dos mecanismos inter-regionais e da postura assertiva em foros econômicos, também é merecedor de destaque o uso do esporte como ferramenta de política externa. Tema marginal da política externa de muitos países, mas que ganhou importância na do Governo Lula pelo fato de que o Brasil sediará os dois maiores megaeventos esportivos do mundo: a Copa do Mundo FIFA (Federação Internacional de Futebol) 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Tal é o significado político desses eventos e a importância conferida ao tema esporte, que foi criada, na estrutura do Itamaraty, uma coordenação para tratar de cooperação esportiva.

A Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE) foi criada em janeiro de 2008. Sua criação foi animada por três motivos: a crescente demanda por parte de países em desenvolvimento por cooperação com o Brasil na área do esporte, especialmente o futebol; a escolha do Brasil como sede da Copa de 2014; e a candidatura brasileira a sede das Olimpíadas de 2016. Antes de abordar as ações na área da cooperação esportiva propriamente dita, discorrer-se-á sobre o início do que a mídia passou a chamar de “diplomacia da bola” e sobre o envolvimento do Itamaraty nos megaeventos esportivos que o Brasil sediará.

A diplomacia da bola: o primeiro chute, o primeiro gol

O Presidente Lula não demorou para dar o pontapé inicial em sua diplomacia da bola. Já em agosto de 2004, foi realizado o Jogo da Paz, no Haiti. Atendendo ao pedido do Presidente Lula, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) concordou em realizar partida amistosa em Porto Príncipe entre as Seleções do Brasil e do Haiti. Os jogadores brasileiros, entre eles Ronaldo e Ronaldinho, cruzaram a capital haitiana em blindados da Missão de Paz das Nações Unidas (MINUSTAH), que se moviam cercados pela população local. O Jogo da Paz foi a primeira ação do Governo Lula utilizando o esporte, particularmente o futebol brasileiro, como ferramenta de política externa.

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e diplomata de carreira. As opiniões expressas neste artigo não representam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (caresende@gmail.com).

A realização da partida teve o claro objetivo de transmitir a mensagem – não só para os haitianos – de que o Governo brasileiro estava firmemente disposto a contribuir para a evolução da situação política no Haiti. O objetivo esperado com a realização do Jogo da Paz foi alcançado: a imagem que o Governo e a população haitianos tinham do Brasil e, particularmente, dos militares brasileiros no Haiti, mudou positivamente.

A visibilidade da crise haitiana na mídia mundial naquele momento não pode ser desconsiderada na decisão de se realizar o Jogo da Paz. Isso contribuiu para que a partida entre as Seleções do Brasil e do Haiti fosse divulgada nos principais meios de comunicação internacionais e repercutisse a diplomacia da bola, bem como a nova postura internacional do Brasil, pelo mundo.

Os megaeventos esportivos

Ao mesmo tempo em que a diplomacia da bola do Presidente Lula marcava seu primeiro gol, o Governo Federal, o Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro preparavam-se para organizar os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) desistira de lançar candidatura para sediar as Olimpíadas de 2008 para focar na candidatura para sediar o Pan-Americano. Com o apoio dos Governos Federal, Estadual e Municipal, a idéia era que a realização, com sucesso, do Pan-Americano de 2007 credenciaria o Brasil para sediar edição das Olimpíadas. O COB e a Prefeitura do Rio de Janeiro apresentaram a candidatura da cidade em 2001, e a Organização Desportiva Pan-Americana decidiu pela cidade-sede em 2002. O processo de candidatura, portanto, é anterior ao Governo Lula.

A realização Jogos Pan-Americanos de 2007 serviu de experiência ao Itamaraty. Por um lado, o Ministério foi responsável pela concessão de vistos para atletas, integrantes das delegações e membros da organização do evento – por ocasião do evento, milhares de vistos foram concedidos em caráter de urgência. Por outro, apesar de não ter participado ativamente do processo de candidatura, os diplomatas brasileiros tiveram seus primeiros contatos com personalidades e profissionais do mundo olímpico e, especialmente, a primeira interlocução mais estruturada com o Ministério do Esporte, Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro e com o COB no contexto de organização de megaevento esportivo. Terminados o Pan-Americano de 2007, o COB apresentou a candidatura do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

A campanha brasileira para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 foi processo complexo, o qual envolveu centenas de pessoas nos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como o COB e consultores internacionais por dois anos. Fator determinante para o êxito, entre outras razões, foi a estreita coordenação em que o Governo Federal e as instâncias estadual e municipal trabalharam.

Ao Itamaraty, um dos órgãos integrantes do Comitê de Gestão das Ações Governamentais para a Candidatura Rio 2016, coube informar todos os Postos brasileiros no exterior a respeito da candidatura olímpica, bem como instruí-los a mencionar a candidatura em eventos públicos. Foi estabelecido plano estratégico de ação para que diplomatas brasileiros no exterior contatassem membros-votantes do Comitê Olímpico Internacional (COI), presidentes de federações esportivas e de comitês olímpicos nacionais, bem como autoridades governamentais e personalidades do mundo esportivo que pudessem influenciar a escolha da sede dos Jogos de 2016.

Embaixadas e Consulados do Brasil realizaram, entre outras ações, exibição de fotos e filmes sobre o Rio de Janeiro, distribuíram material promocional da candidatura e incluíram *link* de divulgação da campanha em suas páginas na internet. Os Postos também apoiaram as delegações brasileiras que realizaram apresentações sobre a candidatura em diferentes cidades, por ocasião de assembléias de federações esportivas e de outros eventos esportivos.

O Governo Federal tinha conhecimento de que as candidaturas vitoriosas costumam ser conduzidas, política e diplomaticamente, no mais alto nível, contando com o envolvimento direto de Chefes de Estado, de Governo e de personalidades nacionais de grande projeção. O Presidente Lula fez da candidatura olímpica tema de encontros

bilaterais com Chefes de Estado e de Governo nos anos de 2008 e 2009. Lula também compareceu à abertura das Olimpíadas de Pequim, em 2008, e realizou visita ao Parque Olímpico em Londres, em abril de 2009, demonstrando interesse nos processos de preparação e de organização das Olimpíadas. Coube ao Itamaraty, portanto, significativa responsabilidade no processo de candidatura olímpica, com a pronta mobilização dos Postos que tinham membros votantes em sua jurisdição, ou estavam situados em cidades que sediaram reuniões do COI, além do acompanhamento cuidadoso para elaboração de estratégias e gestões de bastidores.

Com o sucesso da candidatura brasileira, o Itamaraty passou a contribuir no processo dos preparativos para sediar as Olimpíadas de 2016. O estabelecimento de mecanismos de cooperação com países com experiência na organização de mega-eventos esportivos tornou-se um dos objetivos prioritários na área esportiva. Paralelamente, a diplomacia brasileira também começou a trabalhar no sentido de divulgar e aproveitar oportunidades econômicas decorrentes da organização das Olimpíadas. Diferentes acordos bilaterais estão em negociação ou foram assinados na área de cooperação para a organização de Olimpíadas e de intercâmbio de experiências na promoção de oportunidades de negócios.

O Brasil assinou, com o Reino Unido, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social e Material e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas; e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como anfitriões das Olimpíadas. O primeiro estabelece marco para o intercâmbio de experiências na área de estrutura de governança; relações interinstitucionais; preparação de orçamento; e planejamento, desenvolvimento e consolidação de legados em diversas áreas, como educação, saúde, urbanismo e proteção ambiental. O segundo estabelece mecanismos para que os dois países possam criar e aproveitar oportunidades econômicas decorrentes da realização das Olimpíadas de 2012 e de 2016. Os Governos do Brasil e do Reino Unido, por meio dos órgãos responsáveis pela organização das olimpíadas em seus países, têm mantido reuniões sobre diferentes temas – como infraestrutura, legados e segurança. Técnicos brasileiros têm visitado Londres e já foram organizadas videoconferências com o objetivo de permitir interlocução entre técnicos dos dois países.

Com a Alemanha, o Brasil assinou Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, sobretudo nos Domínios da Infraestrutura e da Segurança, com vistas à Copa do Mundo FIFA 2014, e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O acordo tem por objetivo propiciar troca de experiências na promoção de oportunidades econômicas decorrentes da organização de megaeventos esportivos, bem como estabelecer mecanismo para promoção de oportunidades econômicas decorrentes da realização dos dois megaeventos esportivos que o Brasil sediará.

O Brasil também firmou acordo com a África do Sul que prevê intercâmbio de experiências e de informações sobre a preparação e a organização de megaeventos, incluindo a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2010, foi organizado em Joanesburgo, na Casa Brasil, seminário sobre a experiência sul-africana como sede daquele megaevento.

Outros acordos de cooperação na área de organização de megaeventos estão sendo negociados com os governos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e da Rússia. O objetivo principal dessa vertente de assinatura de acordos é oferecer aos diferentes órgãos governamentais e instituições privadas envolvidos na realização dos megaeventos esportivos a oportunidade para conhecer as melhores práticas e estabelecer parcerias tendo vista o sucesso da realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Os casos da China, com as Olimpíadas de 2008, e da Índia, com os Jogos da Commonwealth de 2010, expuseram o problema da confiabilidade de que federações esportivas, patrocinadores e mídia internacional depositam no *delivery* dos megaeventos. Preparar infraestrutura de transporte, hoteleira, esportiva e garantir segurança são questões fundamentais na realização de megaeventos esportivos. O Itamaraty tem consciência dessa questão e tem agido no sentido de aumentar a confiabilidade nas capacidades brasileiras para realizar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A escolha do Brasil como sede da Copa de 2014 resultou de processo diferente da candidatura olímpica. A FIFA adota o esquema de rodízio continental entre as sedes e a Copa de 2014 seria realizada nas Américas. O Brasil, por acerto entre as diferentes federações, foi lançado como candidato único. Em 2006, após contatos entre CBF, FIFA e autoridades brasileiras, a entidade máxima do futebol confirmou o Brasil como sede da Copa de 2014. O Governo Federal estabeleceu o Comitê Gestor da Copa 2014 (CGCOPA), no qual o Itamaraty participa, particularmente nas Câmaras Temáticas de Promoção Comercial e Tecnológica e de Desenvolvimento Turístico.

Ainda na área dos megaeventos esportivos, deve-se destacar a realização dos V Jogos Mundiais Militares, em julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. Organizados em parceria com o Conselho Internacional do Esporte Militar, os V Jogos Mundiais Militares 2011 têm dimensão comparável ao Pan-Americano de 2007: serão oito mil participantes, de 100 países. O Itamaraty participa no Comitê Interministerial estabelecido para coordenar a organização dos Jogos, apoiando na divulgação do evento no exterior, e nos preparativos para a concessão de vistos. A escolha do Rio de Janeiro como sede dos V Jogos Mundiais Militares resultou de projeto levado a cabo pelos militares, por meio da Comissão Desportiva Militar do Brasil.

A diplomacia da bola em operação

A CGCE é o órgão do Ministério das Relações Exteriores responsável por tratar do tema esporte na agenda da política externa brasileira. Entre suas responsabilidades, o órgão é responsável por coordenar as ações de cooperação esportiva entre o Brasil e outros países, bem como com instituições internacionais e entidades esportivas; coordenar ações do Governo Federal que promovam intercâmbio de experiência com outros países na organização de megaeventos esportivos; e representar o Itamaraty em comitês interministeriais relacionados à realização de megaeventos esportivos.

A atuação brasileira na área de cooperação esportiva tem buscado o estabelecimento de acordos bilaterais que possam resultar em benefícios para o esporte nacional, bem como contribuir na organização de megaeventos esportivos, mas não se deve esquecer o contexto no qual essa cooperação esportiva tem sido realizada: a política externa do Presidente Lula. Merecem destaque, portanto, a intensificação de relações com países em desenvolvimento levada a cabo pela diplomacia brasileira, particularmente da África, incentivando a cooperação nas áreas de capacitação técnica e de difusão de programas sociais.

Para realizar ações de cooperação, a CGCE estabeleceu parcerias com diferentes entidades. Com a Universidade de Brasília, por exemplo, realizou-se Curso de Aperfeiçoamento de Técnicos de Futebol da CPLP, entre março e maio de 2008. Cerca de quarenta treinadores dos oito países membros participaram do curso. A CGCE também estabeleceu parceria com os Sindicatos de Treinadores de Futebol Profissional dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Dessas parcerias resultaram missões de profissionais brasileiros que organizaram cursos de capacitação em países como Haiti, Quênia e Uganda, bem como na realização de cursos para treinadores e árbitros africanos. Cerca de sessenta treinadores e árbitros de mais de dez países da África foram capacitados em três cursos realizados em 2010.

Em parceria com o Santos Futebol Clube, a CGCE propiciou treinamento da Seleção Palestina Feminina de Futebol, na categoria Sub-20, no Brasil. Cerca de vinte e cinco atletas palestinas realizaram treinamento e disputaram partidas amistosas em instalações do Santos Futebol Clube, entre 20 de junho e 5 de julho de 2010. No contexto da Copa do Mundo FIFA 2010, a CGCE realizou, em parceria com a Olé Brasil F.C. e o Ministério do Esporte, clínicas de futebol que atendeu cerca de 250 crianças carentes de Joanesburgo.

Além da cooperação para capacitação, a CGCE também assumiu a coordenação para realizar partidas amistosas de futebol com equipes brasileiras. Foi realizada, em Gaborone, partida de futebol comemorativa da posse do Presidente Ian Khama, em 1º de abril de 2008, entre a Seleção Brasiliense e a de Botsuana. A partida também serviu

para divulgar apoio do Brasil a projeto de prevenção à AIDS naquele país. A Seleção Brasileira também realizou partida amistosa contra a Seleção Moçambicana, em Maputo, no dia 4 daquele mês.

Como se pode imaginar, o futebol ocupa boa parte da agenda da cooperação esportiva do Brasil, mas a primeira ação da CGCE de envio de técnicos brasileiros para capacitação foi o envio de dois treinadores de vôlei de praia para Cotonou, a pedido do Governo do Benim. Além da capacitação de treinadores na modalidade, o projeto esteve inserido em programa do Governo do Benim de ocupação do tempo ocioso de jovens em situação de risco social.

Em setembro de 2008, foi inaugurada em Maputo de fábrica de material esportivo doada pelo Governo Federal – unidades semelhantes funcionam no Brasil nos projetos Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade. A maquinaria e os insumos básicos para produção de bolas de diferentes modalidades esportivas em Moçambique foram doados pelo Ministério do Esporte, em coordenação com o Itamaraty. A fábrica foi instalada em comunidade carente de Maputo e gerou dezenas de empregos. Os trabalhadores da fábrica foram capacitados por técnicos do Ministério do Esporte, com o apoio da Embaixada do Brasil em Maputo. Ademais da doação dessa fábrica, a CGCE coordenou, ao longo dos três últimos anos, a doação de toneladas de material esportivo produzido pelo Ministério do Esporte para países na América Latina e na África, bem como para o Timor-Leste e para a Palestina.

Além do futebol, o programa sócioesportivo “Segundo Tempo”, desenvolvido pelo Ministério do Esporte, também chama a atenção de outros países. Diferentes governos já manifestaram interesse em estabelecer cooperação para poder implementar a metodologia do programa “Segundo Tempo” em seus países. Atualmente, Angola adota programa sócioesportivo que desenvolve atividades com metodologia brasileira. Técnicos moçambicanos já receberam capacitação e há negociações para que técnicos de oito países latino-americanos e de cinco países africanos sejam capacitados ao longo de 2011.

Devido à visibilidade internacional do programa “Segundo Tempo” e à realização dos dois maiores megaeventos esportivos no Brasil nos próximos anos, o Escritório da Organização das Nações Unidas para o Esporte como promoção do Desenvolvimento e da Paz (UNOSDP) manifestou desejo de trabalhar com o Governo brasileiro para implementar programas sócioesportivos em outros países, especialmente na África. O Chefe daquele Escritório visitou o Brasil para conhecer os programas brasileiros em setembro de 2010. Em maio de 2010, em Genebra, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas para o Esporte como promoção do Desenvolvimento e da Paz foi reativado. O Brasil foi eleito, por consenso, como representante regional das Américas. O Itamaraty, em coordenação com o Ministério do Esporte, negocia com o UNOSDP formas de cooperação com países em desenvolvimento.

Mais de trinta acordos de cooperação esportiva foram assinados no período de 2008 a 2010, havendo mais uma dezena em negociação. A maioria desses acordos foi firmada com países em desenvolvimento, particularmente africanos, mas há também os acordos que estabeleceram mecanismos de intercâmbio de experiências na organização de megaeventos esportivos. É interessante notar, ainda, que dos poucos acordos assinados antes de 2008 na área do esporte, cerca de dez, a maioria foi assinado durante o Governo Lula e com países africanos, como Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Percebe-se que a maioria das ações de cooperação esportiva se concentra nos anos de 2008 e de 2010. No ano de 2009, a CGCE esteve envolvida na candidatura olímpica, participando das principais ações da campanha; informando e instruindo os Postos sobre a candidatura; e transmitindo para órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como para o Comitê Olímpico Brasileiro, informações recebidas dos Postos do Brasil no exterior.

Conclusão

A diplomacia da bola exercida pelo Presidente Lula, assim como a candidatura olímpica e a criação da CGCE, demonstram a criatividade de sua política externa e como foi amplo o leque de possibilidades exploradas pelo Itamaraty nos relacionamentos bilaterais. As ações de cooperação esportiva, além de atender demandas concretas

de outros países, especialmente africanos, também serviram de oportunidades para profissionais brasileiros adquirirem experiência no exterior.

Um dos aspectos que mais chamam atenção na política externa na área do esporte, é que se pode afirmar que “os fatos precederam as idéias”. As primeiras ações foram feitas como se tateando um objeto novo e inexplorado. Mas se percebe que, com o avanço da candidatura olímpica e posterior escolha do Brasil como sede dos Jogos de 2016, as ações tomaram corpo: parcerias foram firmadas e ações ganharam continuidade.

O fato de o Brasil sediar cinco dos maiores megaeventos esportivos do mundo –Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014, e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 – nos próximos seis anos deverá resultar em mais planejamento tanto da cooperação esportiva, quanto da participação do Itamaraty nesses eventos. A interlocução com o Ministério do Esporte, a CBF e o COB deve estreitar-se, criando oportunidades para que surjam novas ações de cooperação esportiva.

A discussão dos megaeventos esportivos no âmbito da política externa brasileira deve levar dois pontos em consideração. Em primeiro lugar, o Itamaraty não está entre os principais órgãos responsáveis pelos preparativos e pela organização desses eventos. Em segundo lugar, eventos como Copa e Olimpíadas são oportunidades ímpares para divulgar o País no mundo. Não se trata de receber milhares de turistas estrangeiros e criar oportunidades para atrair investimentos externos; esses megaeventos colocam o país-sede no foco da mídia internacional e resultam em visibilidade mundial. A política externa tem muito do que se beneficiar: a Copa e as Olimpíadas poderão demonstrar, como se pretende, que o Brasil é uma democracia estabelecida e cuja economia cresce sustentavelmente rumo a tornar-se a quinta maior do mundo na próxima década. Apesar da interlocução existente com o Ministério do Esporte, CBF e COB, o Itamaraty deverá esforçar-se para influenciar o processo decisório no qual se determinará qual a imagem do Brasil deve ser divulgada por esses eventos e quais ações devem ser tomadas para que tal imagem repercuta mundialmente.

O *Foreign and Commonwealth Office*, por exemplo, estabeleceu em sua estrutura regimental divisão responsável pela diplomacia pública “Londres 2012”. Trata-se de grupo de diplomatas que, em interlocução com outros órgãos do Governo britânico, formulam e implementam ações para divulgar o Reino Unido no contexto de preparativos para os Jogos de 2012. O Itamaraty, portanto, terá o duplo desafio de continuar formulando e implementando ações de cooperação esportiva, ao mesmo tempo em que participará do processo de definição da diplomacia pública no contexto dos megaeventos esportivos.

Outro ponto interessante na discussão entre política externa e a realização da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016 é o impacto dos investimentos públicos e privados na inserção do Brasil na economia internacional. Quais os impactos na balança de pagamentos, no fluxo de investimentos externos diretos, na variação cambial? E, ao final da realização dos megaeventos, após os investimentos em infraestrutura e em outras áreas, qual poderá ser a nova posição da economia brasileira no mundo? Esses impactos terão efeitos que repercutirão na política externa e no poder relativo do Brasil?

Este artigo teve por objetivo discorrer brevemente sobre a diplomacia da bola do Presidente Lula e sobre o papel do Itamaraty nos megaeventos esportivos. Não se deve olvidar, no entanto, o papel que outros órgãos tiveram nas candidaturas e estão tendo no processo de preparação para organizar os megaeventos. Aqueles que futuramente forem analisar a política externa no contexto dos megaeventos esportivos deverão levar em consideração outros Ministérios, particularmente o do Esporte, o Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro, bem como a CBF, a FIFA, o COB e o COI. Em suma, a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos de 2016 resultou de esforço coletivo, no qual o Itamaraty teve participação relevante. Trata-se de capítulo interessante da história da política externa brasileira, sobre o qual historiadores deveriam se debruçar.

Os sucessos obtidos com o Jogo da Paz e a candidatura olímpica são claros, mas ainda é cedo para se avaliar os frutos colhidos com a diplomacia da bola, particularmente com as ações de cooperação esportiva na diplomacia

sul-sul. As primeiras análises, no entanto, podem ser consideradas positivas: as embaixadas brasileiras aumentam o número de interlocutores; o esporte, particularmente o futebol, tem apelo social; e as ações resultam em visibilidade na mídia – tanto brasileira, quanto estrangeira. A diplomacia da bola pode ser entendida como uma das ferramentas do *soft power* do Brasil. O esporte brasileiro, em particular o futebol, era uma vantagem comparativa até então não explorada pela política externa. Caberá ao próximo Governo avaliar se as ações em curso e as parcerias estabelecidas devem ser aprofundadas e ampliadas. No contexto da realização de megaeventos esportivos, deve-se supor que essa será a linha seguida.

A política externa do Presidente Lula trouxe muitas novidades à PEB, e a principal dela talvez tenha sido a busca incessante por posicionar o Brasil na linha de frente das principais questões internacionais. A candidatura para sediar as Olimpíadas de 2016 pode ser entendida como exemplo de caso dessa nova postura de não participar do jogo político internacional apenas para jogar, mas para vencê-lo. Os historiadores que vierem a se debruçar sobre a política externa do Presidente Lula não devem se furtar de analisar a diplomacia da bola, interessante aspecto da inserção internacional do Brasil no período 2003-2010.

Recebido em 14/12/2010

Aprovado em 21/12/2010

Resumo

O artigo trata da “diplomacia da bola” como ferramenta da política externa do Presidente Lula, tema marginal da inserção internacional de muitos países, mas que ganhou importância pelo fato de que o Brasil sediará os dois maiores megaeventos esportivos do mundo: a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Abstract

The paper discusses the “football diplomacy” as a tool of President Lula’s foreign policy, a marginal issue of many countries’ foreign policy, but which became important because Brazil will host the two largest sports mega-events in the world: the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Esportes, Futebol

Key-words: Brazilian Foreign Policy, Sports, Football

